



DE 25 A 29 JULHO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Resolução 453/XIII](#)

Recomenda ao Governo o reforço das medidas de eliminação das Hepatites Virais

Autoria: PS

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 38/XIII](#)

Regime de apoio à agricultura familiar nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

[Decreto da Assembleia 39/XIII](#)

Terceira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos

[Decreto da Assembleia 40/XIII](#)

Aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro

[Decreto da Assembleia 41/XIII](#)

Procede à segunda alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa legislativa de cidadãos), e à quinta alteração à Lei n.º 15-A/98, de 3 de abril (Lei Orgânica do Regime do Referendo), reduzindo o número de assinaturas necessárias para desencadear iniciativas legislativas e referendárias por cidadãos eleitores

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Decreto da Assembleia 43/XIII](#)

Alarga a oferta de serviços de programas na televisão digital terrestre (TDT), garantindo as condições técnicas adequadas e o controlo do preço

[Decreto da Assembleia 44/XIII](#)

Combate as formas modernas de trabalho forçado, procedendo à décima primeira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à quinta alteração ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, e à terceira alteração ao regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro

[Decreto da Assembleia 45/XIII](#)

Elimina a obrigatoriedade de apresentação quinzenal dos desempregados (oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, que estabelece o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem)



AMBIENTE

[Portaria n.º 204/2016 - Diário da República n.º 141/2016, Série I de 2016-07-25](#)

Ambiente

Estabelece a forma e os critérios técnicos a observar na identificação da área de jurisdição da autoridade nacional da água



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA

[Resolução da Assembleia da República n.º 153/2016 - Diário da República n.º 145/2016, Série I de 2016-07-29](#)

Assembleia da República

Aprova o relatório e a conta de gerência da Assembleia da República referentes ao ano de 2015



CÓDIGO DA ESTRADA

[Decreto-Lei n.º 40/2016 - Diário da República n.º 145/2016, Série I de 2016-07-29](#)

Planeamento e das Infraestruturas

Altera o Código da Estrada, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 114/94](#), de 3 de maio, o [Decreto-Lei n.º 138/2012](#), de 5 de julho, e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 138/2012](#), de 5 de julho, transpondo as Diretivas [2014/85/UE](#) da Comissão, de 1 de julho, e [2015/653/UE](#) da Comissão, de 24 de abril, que alteram os anexos I, II e III da Diretiva [2006/126/CE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativa à carta de condução

 **DIREITO PROCESSUAL**

[Acórdão n.º 414/2016 - Diário da República n.º 144/2016, Série II de 2016-07-28](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a interpretação normativa retirada do n.º 4 do artigo 672.º do Código de Processo Civil, com o sentido "de que está vedado ao cidadão interpor Recurso de uniformização de Jurisprudência da decisão proferida em Recurso de Revista Excecional"

 **ENERGIA**

[Resolução da Assembleia da República n.º 144/2016 - Diário da República n.º 143/2016, Série I de 2016-07-27](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a avaliação do impacte ambiental e dos riscos para outras atividades económicas da prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás natural no Algarve e na costa alentejana

[Resolução da Assembleia da República n.º 145/2016 - Diário da República n.º 143/2016, Série I de 2016-07-27](#)

Assembleia da República

Suspensão imediata dos processos de concessão, exploração e extração de petróleo e gás no Algarve

ERSE

[Diretiva n.º 14/2016 - Diário da República n.º 142/2016, Série II de 2016-07-26](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Informação na fatura de eletricidade

 **ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO**

[Decreto-Lei n.º 39/2016 - Diário da República n.º 144/2016, Série I de 2016-07-28](#)

Finanças

Procede à terceira alteração ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 71/2007](#), de 27 de março

 **FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

[Comunicado do Banco de Portugal sobre o Relatório da Emissão Monetária](#)

[Nota de Informação Estatística 79|2016: Empréstimos concedidos pelo setor financeiro - junho de 2016](#)

[Comunicado do Banco de Portugal sobre o Relatório de Acompanhamento dos Mercados Bancários de Retalho 2015](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores mensais sobre receção de ordens por conta de outrem - junho 2016](#)

 **FISCAL**

[Decreto do Presidente da República n.º 40/2016 - Diário da República n.º 143/2016, Série I de 2016-07-27](#)

Presidência da República

Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e a República Socialista do Vietname para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Lisboa em 3 de junho de 2015

[Resolução da Assembleia da República n.º 143/2016 - Diário da República n.º 143/2016, Série I de 2016-07-27](#)

Assembleia da República

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Socialista do Vietname para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Lisboa em 3 de junho de 2015

[Acórdão n.º 275/2016 - Diário da República n.º 144/2016, Série II de 2016-07-28](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma extraída do artigo 10.º, n.º 12, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, na redação dada pela Lei n.º 39-A/2005, de 29 de julho, segundo a qual a exclusão estabelecida no n.º 2 do mesmo artigo não abrange as mais-valias provenientes de ações de sociedades cujo ativo seja constituído, desde o momento da aquisição das ações até ao momento da sua alienação, direta ou indiretamente, em mais de 50 %, por bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis situados em território português

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Presidente da República promulga decreto que permite reembolso de impostos sobre combustíveis para empresas de transportes](#)

Embora não seja, porventura, muito curial atribuir a portaria a possibilidade conferida no presente diploma, tendo em atenção o objetivo de minorar efeitos do aumento da carga fiscal indireta, efeitos esses gravosos para setor sensível da economia portuguesa, o Presidente da República promulga o Decreto da Assembleia da República que cria um regime de reembolso de impostos sobre combustíveis para as empresas de transportes de mercadorias, alterando o Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, e o Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho.

 **IMOBILIÁRIO**

[Presidente da República promulga decreto sobre arrendamento apoiado para habitação](#)

O presente diploma tenta minorar, nas duas últimas normas, os efeitos financeiros da sua aplicação ainda durante o ano de 2016. A fórmula encontrada deixa, ainda assim, margem para essa aplicação por entidades públicas, a partir de novembro, se os seus órgãos competentes tal o deliberarem.

 **PER – PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO – EMPRESAS E PARTICULARES**

[Resolução da Assembleia da República n.º 148/2016 - Diário da República n.º 144/2016, Série I de 2016-07-28](#)

Assembleia da República

Avaliação do Processo Especial de Revitalização (PER) das empresas e dos particulares

 **PMA – PROcriação Medicamente Assistida**

[Presidente da República promulga decreto reformulado sobre gestão de substituição](#)

 **PROCESSO DE INVENTÁRIO**

[Acórdão n.º 28/2016 - Diário da República n.º 144/2016, Série II de 2016-07-28](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma extraída do artigo 26.º, n.º 2, da Portaria n.º 278/2013, de 26 de agosto, interpretada no sentido de que, até à constituição do Fundo nela previsto, o processo de inventário deve prosseguir sem o pagamento, pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP, dos honorários notariais e despesas previstos nos seus artigos 15.º, 18.º e 21.º, nos casos em que o requerente é beneficiário de apoio judiciário, na modalidade de dispensa do pagamento da taxa de justiça e demais encargos do processo

 **SAÚDE / LIFE SCIENCES**

[Resolução da Assembleia da República n.º 146/2016 - Diário da República n.º 143/2016, Série I de 2016-07-27](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a implementação de medidas para proteção das pessoas com fibromialgia

 **TABACO**

[Despacho n.º 9471/2016 - Diário da República n.º 141/2016, Série II de 2016-07-25](#)

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Fixação da cor e preço unitário da estampilha especial para os produtos de tabaco manufacturado, referente a 2017

 **TMT**

ANACOM

[Estudo sobre metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital](#)

Estudo da Comissão Europeia sobre uma abordagem comum para as entidades reguladoras.
25.07.2016

[Cronologia das comunicações - atualização da informação](#)

Consulte a cronologia das comunicações atualizada até junho de 2016.
25.07.2016

[Alertas ANACOM - novas regras sobre fidelização e como evitar surpresas na fatura do telefone](#)

Saiba como evitar surpresas na fatura do telefone e conheça as novas regras sobre fidelização em vigor desde 17.07.2016.
25.07.2016

[Legislação - atualização da informação](#)

Diretiva (UE) 2016/1148, de 6 de julho, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação na UE.
26.07.2016

[Perguntas frequentes \(FAQ\) sobre serviço móvel marítimo - atualização da informação](#)

Informação atualizada sobre serviço móvel marítimo.
28.07.2016

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 16/2016/A - Diário da República n.º 141/2016, Série I de 2016-07-25](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 7/2016/A](#), de 8 de abril, que estabelece o regime que enquadra a responsabilidade financeira da Região na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde pelo Serviço Regional de Saúde e consagra o princípio da reciprocidade

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 34/2016/M - Diário da República n.º 143/2016, Série I de 2016-07-27](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo Regional a aprovação de uma estratégia regional de combate ao cancro da pele

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS LEGISLATIVOS

Livre Circulação de Cidadãos

Regulamento (UE) 2016/1191 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativo à [promoção da livre circulação dos cidadãos através da simplificação dos requisitos para a apresentação de certos documentos públicos na União Europeia e que altera o Regulamento \(UE\) n.º 1024/2012](#)

TGUE – Competência

Regulamento (UE, Euratom) 2016/1192 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativo à [transferência para o Tribunal Geral da União Europeia da competência para decidir, em primeira instância, dos litígios entre a União Europeia e os seus agentes](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Código Aduaneiro

Regulamento de Execução (UE) 2016/1253 da Comissão, de 29 de julho de 2016, que [altera o Regulamento \(UE\) n.º 92/2010 no que diz respeito ao intercâmbio de dados entre as autoridades aduaneiras e as autoridades estatísticas nacionais e à compilação de estatísticas](#)

Economia – Portugal

Decisão (UE) 2016/1230 do Conselho, de 12 de julho de 2016, que [estabelece que Portugal não tomou medidas eficazes em resposta à Recomendação do Conselho de 21 de junho de 2013](#)

Financeiro

Regulamento de Execução (UE) 2016/1212 da Comissão, de 25 de julho de 2016, que [estabelece normas técnicas de execução no que diz respeito aos procedimentos e formulários normalizados para a comunicação de informações em conformidade com a Diretiva 2009/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Obrigação de Compensação

Retificação do Regulamento Delegado (UE) 2015/2205 da Comissão, de 6 de agosto de 2015, que [complementa o Regulamento \(UE\) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às normas técnicas de regulamentação da obrigação de compensação](#) (J O L 314 de 1.12.2015)



BANCO CENTRAL EUROPEU

[Situação financeira consolidada do Eurosistema em 22 de julho de 2016](#)

[Teste de esforço revela maior resiliência do sistema bancário da área do euro](#)



COMISSÃO EUROPEIA

[Pacto de Estabilidade e Crescimento: propostas orçamentais para Espanha e Portugal](#)

Na sequência da decisão do Conselho, a Comissão recomenda o cancelamento das multas e propõe novas trajetórias orçamentais para Espanha e Portugal

[Inquérito Eurobarómetro standard da primavera de 2016: Forte apoio do público às prioridades políticas da Comissão](#)

Os europeus consideram a imigração e o terrorismo os principais desafios que a UE enfrenta atualmente e apoiam as prioridades políticas da Comissão Europeia. Estes são dois dos resultados essenciais do último inquérito Eurobarómetro *standard* publicado. O inquérito foi realizado entre 21 e 31 de maio de 2016 em 34 países ou territórios.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Consulta pública

Financeiro

[União dos Mercados de Capitais: medidas relativas a um eventual quadro da UE em matéria de pensões individuais](#)
27.07.2016 – 31.10.2016

Fiscal

[Consulta pública sobre a aplicação de taxas de IVA reduzidas às publicações fornecidas por via eletrónica](#)
25.07.2016 – 19.09.2016

Mercado interno

[Acesso Digital Único](#)
26.07.2016 – 21.11.2016

Saúde / Life Sciences

[Semelhança no contexto da legislação em matéria de medicamentos órfãos: adaptação ao progresso técnico](#)
29.07.2016 – 04.11.2016

Tabaco

[Consulta pública sobre a implantação de um sistema europeu de rastreabilidade e de segurança em conformidade com os artigos 15.º e 16.º da Diretiva 2014/40/UE relativa aos produtos do tabaco](#)
29.07.2016 – 04.11.2016

Transportes

[Consulta pública sobre a avaliação do Regulamento \(CE\) n.º 392/2009 relativo à responsabilidade das transportadoras de passageiros por mar em caso de acidente](#)
29.07.2016 – 31.10.2016



PARLAMENTO EUROPEU

[Combater o desemprego: 3 em cada 4 europeus querem mais intervenção da EU](#)

Com a taxa de desemprego acima dos 8% na União Europeia, de acordo com a sondagem do Eurobarómetro 3 em 4 europeus pedem mais intervenção da União Europeia na luta contra a falta de postos de trabalho. Face a isto, o presidente da Comissão parlamentar do Emprego e dos Assuntos Sociais, Thomas Händel pede aos líderes da União que “reunam esforços para garantir investimento e alta-qualidade para a sustentabilidade laboral”. Conheça aqui as medidas da União Europeia para combater o desemprego.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 28 DE JULHO DE 2016

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Decreto-lei que introduz alterações ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), visando assegurar a conformidade do regime fiscal aplicável aos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial com as exigências acordadas ao nível da União Europeia e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
- Introdução de uma norma habilitante para a concessão de subvenções pelo Ministério da Justiça a entidades dos setores privado, cooperativo e social que prossigam fins de interesse público relevante para a área da justiça.
- Regime jurídico de um novo jogo social sobre sorteio de números, o «Totosorteio». A sua organização e exploração é concedida pelo Estado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Decreto-lei que adapta o regime jurídico a normas elaboradas pelo Comité Europeu de Normalização no que respeita à recuperação de vapores de gasolina durante o reabastecimento de veículos a motor nas estações de serviço.
- Decreto-lei que estabelece os termos e condições da prestação de serviços de intervenção em saúde pública por parte das farmácias comunitárias, bem como da atribuição de uma remuneração específica às farmácias por dispensa de medicamentos comparticipados, designadamente nos medicamentos inseridos em grupos homogéneos. Dá-se, assim, cumprimento ao Programa do Governo onde se propõe valorizar as farmácias comunitárias enquanto agentes de prestação de cuidados apostando no desenvolvimento de medidas de apoio à utilização racional do medicamento.
- Decreto-lei que determina que os títulos de utilização privativa dos recursos hídricos para fins aquícolas em águas de transição são válidos por um período de cinco anos tendo em consideração a aprovação e implementação do plano para a aquicultura em águas de transição.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011